

Ainda não temos um plano geral de saída desta crise

Os [auxílios emergenciais de R\\$ 600](#) e o gasto estimado pelo governo [com seguro-desemprego](#)

extra devem somar uma despesa de R\$ 52,3 bilhões por mês, em uma hipótese conservadora. É o equivalente a 25% de toda a massa de rendimentos mensais do trabalho de março de 2020, segundo dados da Pnad, do IBGE.

Estão incluídos aí também os rendimentos de servidores públicos, que devem perder pouca renda, e de empregadores, muitos deles pequenos, muitos dos quais estão vendo seus rendimentos desaparecerem.

Na mera hipótese de que as perdas fossem exatamente de 25% da massa de rendimentos do trabalho, haveria uma compensação de um por um. As perdas se concentrariam, além do mais, nos indivíduos de renda mais alta (desconsidera-se aqui que os rendimentos dos mais ricos são subestimados).

E daí?

Primeiro, é razoável especular que haveria algum aumento relativo de despesas com bens essenciais, comida e remédio. As despesas com bens mais caros, bens duráveis (de eletrodomésticos a carros, por exemplo), sofreriam impacto relativo maior.

Segundo e mais importante, essa compensação de renda deve terminar em três meses. Mas daqui a três meses a crise ainda será pavorosa.

Dadas as mais recentes informações do morticínio da epidemia, na melhor, mais otimista e mais esperançosa das expectativas, apenas em duas semanas haveria uma estabilização do número de mortes diárias. As medidas de isolamento social e o grande medo ainda provocariam danos econômicos, fora o efeito defasado das demissões e falências que já ocorreram.

Terceiro, há a questão social e política. Como cancelar os benefícios, sem mais, daqui a três

meses?

Note-se de passagem que não temos a menor ideia de quanto foi a perda de rendimentos nem mesmo em abril passado, que dirá nos três meses em que, por ora, vão valer os benefícios emergenciais e de seguro-desemprego extra. As perdas serão pavorosas, mas não há por enquanto nenhuma medida nem mesmo indireta do tamanho do desastre.

Pode ser que o pagamento de benefícios seja ainda maior. Este primeiro cenário se baseia no número de pessoas que já foi autorizada a receber o auxílio emergencial, cerca de 58,7 milhões.

Nas contas da Instituição Fiscal Independente (IFI), pode ser que quase 79,9 milhões de pessoas recebam o auxílio emergencial, uma despesa mensal média de R\$ 51,5 bilhões. É o cenário-base da IFI, órgão independente de acompanhamento e análise das contas públicas, ligado ao Senado.

Somadas à despesa média com seguro-desemprego (na estimativa do governo), seriam R\$ 68,5 bilhões. Equivale a mais de 32% da massa mensal de rendimentos de março.

Nesta terça-feira (19), o secretário do [Tesouro, Mansueto Almeida](#), também disse que o auxílio pode chegar a 80 milhões de pessoas. Ele e outros integrantes do Ministério da Economia dizem que não será possível prorrogar o programa, nesses termos e valores, além de três meses.

Ressalte-se que não sabemos qual será a perda de renda, quem perderá mais ou qual o tamanho do seu impacto no consumo (que de resto depende de confiança do consumidor que ainda tenha renda e de crédito). Sabemos que ao fim de três meses podemos ter um buraco de renda equivalente a uns 25% da massa mensal de rendimentos do trabalho e que ainda não temos um plano geral de saída desta crise.

Para começar, não temos nem plano federal de lidar com a epidemia, só ideias lunáticas e perversas que a tornam ainda pior.

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA).

Folha de S.Paulo